

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.567 - DF
(2019/0239227-4)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : LEANDRO CASSIO BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO : THIAGO HENRIQUE SANTOS SOUSA E OUTRO(S) - DF022944
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NÃO ULTRAPASSADO. MÉRITO. ANÁLISE. INVIABILIDADE. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. O Agravante se limitou a sustentar genericamente que teria atacado todos os fundamentos da decisão do Tribunal de origem que inadmitiu o recurso especial, sem sequer mencionar quais seriam esses e de que forma concretamente, nas razões do agravo especial, teria efetivado a impugnação, bem assim a repisar as razões do recurso especial. Sequer houve menção à Súmula n.º 283 do Supremo Tribunal Federal, apontada na decisão agravada como não tendo sido impugnada pelas razões do agravo em recurso especial.

2. Não houve a observância da dialeticidade recursal, motivo pelo qual carece o agravo regimental de pressuposto de admissibilidade, qual seja, a impugnação efetiva e concreta aos fundamentos da decisão agravada.

3. Não ultrapassado o juízo de admissibilidade, é descabida a análise do mérito recursal.

4. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora